

## Relatório de Gestão 2008

### 1. Identificação

Tabela 1 – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA	Serviço Social do Comércio – SESC-AR-MS
CNPJ	03.560.440/0001-91
NATUREZA JURÍDICA	Entidades que gerenciam recursos parafiscais.
VINCULAÇÃO MINISTERIAL	A Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29 de maio de 2003, art. 27, II, letra L dá competência ao Ministério da Assistência Social e Combate à Fome para aprovar Orçamento Geral do Serviço Social do Comércio.
VINCULAÇÃO COM O SETOR PRIVADO	Os recursos empregados na implementação e no desenvolvimento dos Programas Sociais são oriundos da contribuição de 1,5% (um e meio por cento sobre o total da folha de pagamento das empresas contribuintes, conforme disposições contidas na Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966 publicadas às paginas 10.587 do Diário Oficial de 14 de setembro de 1966. Esta contribuição, amparada ainda, pelo art. 240 da Contribuição Federal Brasileira de 5 de outubro de 1988 é obrigatória às empresas enquadradas no Plano da Confederação Nacional do Comércio CNC.
ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE	Rua Marte, 138 – Vila Alto Sumaré, CEP 79009-580 – telefone 0xx6733247101.
ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET	<a href="http://www.sescms.com.br">www.sescms.com.br</a>
NORMATIVO DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.	O Decreto n.º 9.853 de 13 de setembro de 1946 criou o Serviço Social do Comércio, aprovado pelo Decreto n.º 61.836, de 05 de dezembro de 1967. Em 27 de março de 1968 a resolução CNC n.º 24/68 e SESC n.º 82/68 aprovou o Regimento Interno do SESC.
CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO	Não se aplica ao SESC.
CÓDIGO DAS UJ ABRANGIDAS	Não se aplica. Não consolida outras unidades.
SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO	Em funcionamento

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE	Não se aplica ao SESC.
TIPO DE ATIVIDADE	Assistência Social
UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI	Não se aplica . O SESC é uma Instituição de direito privado, nos termos da lei civil, e nosso orçamento não faz parte do orçamento da União.

## 2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

(ITEM 2 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)

### 2.1 Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

O SESC é uma instituição de direito privado e, neste sentido, não executa nem gerencia políticas públicas de governo.

Criado, mantido e administrado pelo empresariado do comércio, o SESC configura-se como uma entidade de prestação de serviços, de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social dentro das áreas de Saúde, Cultura, Educação e Lazer.

No estado de Mato Grosso do Sul, foi criado em 1980.

#### Missão

Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência.

#### Visão

Ser referência nacional, pela excelência dos seus serviços, desenvolvendo, em todas as suas áreas de atuação e regiões do país, ações de educação inclusiva.

#### Princípios

##### Ação Educativa Como Diferencial:

Tendo como diretriz básica um trabalho eminentemente educativo que contribua para o desenvolvimento econômico e social, o SESC prioriza em sua atuação a educação inclusiva, promovendo, através da transmissão de valores sociais essenciais, o desenvolvimento integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania .

### 2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.

O SESC é uma instituição de direito privado, nos termos da lei civil, cabendo sua organização e direção à Confederação Nacional do Comércio.

Diretrizes Estratégicas do SESC para o Quinquênio 2006/2010:

#### 1. CRESCIMENTO EQUILIBRADO

Legitima-se pela política do Departamento Regional estender seus serviços e ampliar sua abrangência e efetividade social, de forma cautelosa e racional, a partir dos recursos existentes, elucidados por:

- diagnóstico para a expansão do Programa Mesa Brasil em Três lagoas ;
- expansão das ações do Trabalho com Grupos na capital e Dourados, Educação em saúde - através das parcerias ,Bibliotecas pela ação do BiblioSESC, entre outras.

## 2. FOCO NA CLIENTELA PREFERENCIAL

O exercício marcou-se pela ação direcionada ao atendimento ao cliente preferencial – a família do comerciário, evidenciado pelos índices de demanda deste público, estendendo-se as ações à comunidade, sem que haja prejuízo ao comerciário.

## 3. SERVIÇOS SUBSIDIADOS

A manutenção e acompanhamento aos subsídios dos serviços disponibilizados pelos recursos provenientes da receita compulsória fizeram-se prática no exercício, através da adoção de política de tarifação acessível.

## 4. NÃO COMPETIR NO MERCADO

Os preços subsidiados e bem abaixo da média aplicada pelo mercado fizeram-se sentir no exercício, a partir da política de preços adotada e assegurada pelo acompanhamento rigoroso .

## 5. CRITÉRIOS PARA A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

A terceirização adotada deu-se nas atividades da área meio, na manutenção e zeladoria das unidades e sede administrativa em consonância com as diretrizes institucionais.

## 6. OTIMIZAR OS RECURSOS DISPONÍVEIS

Constatada a otimização pelos índices de eficácia ( ) e de eficiência ( ) em que foram priorizadas a maximização dos recursos físicos, humanos e materiais no desenvolvimento das ações.

## 7. ESTABELEECER PARCERIAS, CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS

Como alternativa de crescimento equilibrado de modo a que mantivéssemos atentos à necessidade da demandas que se apresentaram ao longo do ano, tanto no atendimento à clientela preferencial - patrocínios assegurados para o desenvolvimento dos eventos e dos Torneios, Campeonatos, Corridas Rústica e Minimaratona, ao longo do ano, tanto na capital quanto no interior, como nos Cursos e em especial no programa Mesa Brasil.

## 8. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Como entidade de direito privado, administrada por empresários, o SESC busca na competência técnica sua substancia exercida através da capacitação contínua de seus dirigentes.

## 9. PRIORIZAR O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Viabilizada través da política de desenvolvimento técnico como meio de qualificação na prestação de seus serviços, exercida pelas ações de capacitações técnicas no decorrer do ano, que qualificaram todo seu potencial humano - sua equipe técnica.

## 10. VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS

Desenvolvida bilateralmente pela via da capacitação técnicas e através de sua política de remuneração e de benefícios destinado a equipe que compõem o Regional do SESC.

#### 11. INTENSIFICAR AS AÇÕES DE AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL

Tangível tanto pelo substrato de suas ações quanto no desenvolvimento de sua programação, corroborados pelos princípios educativos e de cidadania .

#### 12. PRIORIZAR O SOCIAL NAS AÇÕES DE TURISMO

Exercido pela acessibilidade da clientela preferencial aos pacotes turísticos que viabilizam a grupos experienciarem novos conhecimentos a novas culturas através de viagens estaduais e interestaduais viabilizados pelo Turismo Social do SESC

#### 13. AÇÃO MODELAR NOS PROGRAMAS EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Exercido através da ação propositiva desenvolvida, especialmente pelas áreas de educação saúde e assistência, por sua excelência de ação, constatada pela criação, aperfeiçoamento e estabelecimento de métodos, comprovadamente reconhecidos pelo público e pela demanda que potencializa ano a ano replicados por entidades e órgãos governamentais.

### Síntese das Realizações

O Departamento Regional, desde a divisão do estado em 1980, solidificasse no Estado de Mato Grosso do Sul como referência em seriedade, dinamismo e trabalho voltado à família comerciária.

Focado no processo de evolução técnica contínua, na maximização dos seus recursos, priorizando continuamente o atendimento ao cliente preferencial além de promover a sua acessibilidades aos serviços oferecidos , disponibilizando na contrapartida, ações de inclusão social e educativa.

No lastro de sua ação, direciona seus esforços para minimizar as carências sociais e promover o bem-estar aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e à comunidade em geral, tendo auferido, ao longo destes anos, resultados significativos atento às constantes mudanças do cenários econômico nacional.

Assim, conclui mais um exercício contabilizando expressiva evolução. nas matrículas, cresce em 14% - com índices de renovação das matrículas do comerciário, na ordem de 86%; de superávit de 51,06% nos atendimentos e evolução em relação ao ano anterior em 6,9%, apresentando ainda indicadores de satisfação da clientela apurados ao longo do ano nas atividades.

No conjunto das Ações programáticas contextualizou suas realizações amparado pelas concepções teórico- metodológicas das áreas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, amparadas pelas Diretrizes Gerais de Ação do SESC, em que os dados, informações, fundamentação coadunaram-se em constante validações, aferidos pela aprovação clientela .

Em relevo apresentam-se algumas ações como o BiblioSESC - unidade móvel de biblioteca atendendo bairros periféricos da capital, de maior concentração

de comerciários, com serviços de consulta local ao acervo e de livre acesso às estantes além de ações de animação cultural desenvolvidas- um estímulo à leitura e ao fazer cultural.

No OdontoSESC, o atendimento odontológico à comunidade das Moreninhas cujas unicidade de ações e procedimentos, indicadores quantitativos e qualitativos e , listas de espera justificaram sua manutenção local por mais um exercício.

O Programa Mesa Brasil que através da responsabilidade social compartilhada entre o SESC, doadores, instituições beneficiadas e voluntários arrecadou e distribuiu 1,5 milhão de refeições de 150 entidades de Campo Grande e Dourados, dando expressividade à evolução das metas alcançadas pelo regional.

Aspectos contundentes foram enaltecidos nas ações educativas, tanto pelas ações regulares - escolas da capital e do interior quanto aquelas continuadas em parcerias com o empresariado e demais órgãos, as ações culturais desenvolvidas em especial pelo SESC Horto, palco dos principais eventos culturais de qualidade da capital, e ações sistemáticas intra e ou extra muros desenvolvidas: Palco giratório, Sonora Brasil, Arte SESC e outros tantos.

No aspecto financeiro o panorama apresentou resultados significativos dado ao acompanhamento sistemático, com as despesas correntes somando R\$ 16.917.769,04 e as receitas correntes R\$ 21.526.597,75; as despesas de capital totalizaram R\$153. 463,64, evidenciando uma evolução do disponível .

Os esforços conjuntos, da equipe técnica cujo trabalho criativo e dedicado enaltecem a ação institucional, o apoio continuo do Departamento Nacional e a disposição do Conselho Regional que acreditando na ação do SESC, tornaram-se propulsores ao engrandecimento dos trabalhos em prol da classe comerciaria.

## 2.3 Programas

### 2.3.1 Programa 001 – Educação

Tabela 2 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.1 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Educação formal de crianças, adolescentes e adultos visando o exercício da cidadania.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Criar, aperfeiçoar e estabelecer concepções e modelos de trabalho de excelência que sejam referência para a sociedade na área de educação.
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Crescimento dos Atendimentos Percentual de Execução Orçamentária

PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários, dependentes e comunidade em geral.
------------------------------	--

Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos	
Atendimentos realizados no programa em 2007	937.613
Atendimentos realizados no programa em 2008	949.491
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	1,27%

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	1.874.490
Despesas totais realizadas no programa	1.923.638
Percentual de execução das despesas	102,62%

### 2.3.2 Principais ações do Programa

Prioriza a educação formal de crianças, adolescentes e adultos visando o exercício da cidadania e desenvolve atividades regulares – Educação Infantil, Educação Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, além das atividades informais como Educação Complementar e Cursos de Valorização Social

As atividades Cursos de Atualização de Conhecimentos e Cursos de Valorização Social não acompanharam a mesma evolução das demais atividades do Programa, atividades formais, em vista das mudanças de paradigmas em sua ação, em que observamos ao longo dos exercícios anteriores, o surgimento de uma profusão de ofertas nos campos virtuais, televisivos e do próprio comércio na oferta de produtos – cursos rápidos e gratuitos em próprio domicílio, sem maiores custos de deslocamento do aluno, e mesmo de casas de aviamentos em que a simples aquisição do material assegura a gratuidade nas aulas.

Destacam-se, algumas programações de relevância durante o período:

Jogos Cooperativos da Escola do SESC; Dia da Família ; II Mostra SESC de Educação Ambiental; Conhecendo Arte; SESC Meio Ambiente Vivo; Matemática o X da Questão; Língua Portuguesa; Culturart Music; No tempo da Vovó; Cursos de Libras;

Na área de Complementação Curricular, registra-se a realização do Curso de Redação Básica para o Vestibular, atendendo as necessidades dos alunos do Pré-Vestibular e interessados. Também com bom resultado o desenvolvimento do projeto Iniciação à Língua Inglesa, voltado às crianças da Educação Infantil. As duas atividades tiveram uma boa adesão por parte da clientela.

Das previsões para o exercício, registram-se uma evolução de 6,72% nos atendimentos previstos e evolução de 1,27% em relação ao realizado no exercício anterior.

Observamos ainda que o Programa Educação realizou 102,62% da sua previsão orçamentária, sendo R\$ 1.904.542,00 com as atividades fim relacionadas, e cerca de R\$ 19.096,00 com a área meio.

#### 2.3.2.1 Ação 001 – Atividade Educação Infantil

Tabela 3 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Ações sistemáticas voltadas para a educação de crianças, incentivando a sua criatividade, o desenvolvimento de habilidades e competências, habilitando-as para o ensino regular fundamental.
DESCRIÇÃO	Execuções de ações que viabilizam o processo de aprendizagem voltado para o atendimento do segmento etário de 3 a 6 anos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 4 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	476.990	761.912	159,73%
Física/Atendimentos	138.000	145.273	105,27%

Consiste em ações sistemáticas, voltadas para a educação de crianças de 3 a 6 anos, incentivando a sua criatividade, o desenvolvimento de habilidades e competências, habilitando-as para o ensino regular fundamental. No decorrer do exercício realizou 145.273 atendimentos, de uma previsão de 138.000, com um avanço de 5,27% .

Com relação ao aspecto orçamentário, realizou 59,73% além da previsão.

### 2.3.2.2 Ação 002 – Atividade Educação Fundamental

Tabela 5 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Consiste em ações destinadas à educação básica no nível fundamental, de crianças e adolescentes, com o objetivo de proporcionar aos educandos , permitindo-lhes compreender e atuar no mundo em que vivem.
DESCRIÇÃO	Compreende ações destinadas à educação de 1ª a 5ª séries.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 6– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	352.580	472.863	134,12%
Física/Atendimentos	360.000	386.300	107,31%

Oferece um ensino de qualidade norteado por uma perspectiva em que o educando, juntamente com o educador apropriam-se das informações, ampliando conhecimentos prévios e construindo novos conceitos. Foi desenvolvida na Unidade SESC Camillo Boni e realizou, no exercício em questão, 386.300 atendimentos – com um avanço de 7,31% na sua produção.

No aspecto financeiro, realizou 34,12% além da previsão orçamentária.

### 2.3.2.3 Ação 003 – Atividade Educação de Jovens e Adultos

Tabela 7 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Ações destinadas a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade no estudo formal, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio a partir de 15 anos.
DESCRIÇÃO	Compreende as realizações da 4ª fase do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio com a 1ª e 2ª fase.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	



UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 8– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	160.410	165.425	103,13%
Física/Atendimentos	140.000	126.300	90,21%

Consiste em ações destinadas a jovens e adultos, que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos, nas etapas do ensino fundamental. Proporcionou, no decorrer do exercício, 126.300 atendimentos, ou sejam 90,21% da sua meta.

O decréscimo de 9,79% na produção se deu em função da impossibilidade de iniciar turmas na Unidade SESC Almirante Barroso, por dificuldades técnicas e, muito embora a insistência de recuperar atendimentos com a implantação em salas na Unidade SESC Camillo Boni, não logrou êxito, em função de problemas estruturais naquela Unidade.

#### 2.3.2.4 Ação 004 – Atividade Educação Complementar

Tabela 9 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Contribuir para a melhoria e qualidade de vida nas modalidades Complementação Curricular e Aperfeiçoamento Profissional, favorecendo à clientela à construção de conhecimento para a educação básica e qualificação para o mercado de trabalho.
DESCRIÇÃO	Cursos de complementação curricular, aperfeiçoamento, pré-vestibular, idiomas, acompanhamento pedagógico.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA	Assistência Social

AÇÃO.	
-------	--

Tabela 10– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	539.440	408.122	75,66%
Física/Atendimentos	226.320	275.495	121,73%

Garante a continuidade do processo educacional de qualidade que permite o acesso aos alunos do curso de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio à Escola do SESC. Proporcionou 275.495 atendimentos, com aumento da sua produção em 21,73%. Quanto ao financeiro, realizou 75,66% da sua meta orçamentária.

### 2.3.2.5 Ação 005 – Atividade Cursos de Valorização Social

Tabela 11 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Promover ações de cunho educativo, mobilizando e favorecendo o acesso de sua clientela através de modalidades que buscam a valorização, o crescimento pessoal, social e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do comércio e de seus dependentes.
DESCRIÇÃO	Cursos de Culinária, Apresentação Pessoal, Corte e Costura, Trabalhos Manuais, Palestras, Seminários e Encontros.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 12– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	161.570	96.218	63,48%
Física/Atendimentos	25.355	16.123	63,59%

Com o objetivo de desenvolver ações que visem contribuir para a valorização da clientela e seu bem-estar, ajudando na sua formação e desenvolvendo habilidades em benefício da melhoria da qualidade de vida, propiciando a inclusão no mercado de trabalho. Desenvolveu, no decorrer do ano, 63,59% da sua produção, pressionada pela concorrência no mercado de ofertas, principalmente pelas Instituições Públicas que oferecem oportunidades gratuitas de cursos abertos à comunidade. Orçamentariamente realizou 63,48% da previsão financeira.

### 2.3.3 Programa 002 – Saúde

Tabela 13 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.2 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Contribui de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida através da atuação na criação de ambientes favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades pessoais, mudança de comportamento, e conhecimentos que estimulam a criação de hábitos voltados à preservação da saúde.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Criar, aperfeiçoar e estabelecer concepções e modelos de trabalho de excelência que sejam referência para a sociedade na área de saúde
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Crescimento dos Atendimentos Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários e dependentes .

Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos	
Atendimentos realizados no programa em 2007	1.419.265
Atendimentos realizados no programa em 2008	1.831.256
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	29,03%

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	4.368.151
Despesas totais realizadas no programa	4.121.061
Percentual de execução das despesas	94,34%

### 2.3.4 Principais ações do Programa

Desenvolve os serviços de Nutrição, nas modalidades Lanches e refeições, Assistência Odontológica e Assistência Médica, nas Unidades Executivas,

estendendo-se às comunidades; serviços odontológicos através do OdontoSESC, e informações e palestras através da Educação em Saúde.

As suas ações obtiveram êxito no decorrer do exercício, superando as metas em 19,30% e 29,03% comparando-se com o exercício anterior.

Observamos que o comportamento das despesas orçadas e realizadas foi positivo, proporcionando um resultado de 94,34%. R\$ 4.043.986,00 foram destinados às atividades fim relacionadas, e cerca de R\$ 77.075,00 foram destinados às despesas com a área meio .

Algumas das suas principais ações foram: Lanchonete Saudável, Projeto Vida Leve, Escovação Supervisionada, Projeto Alicerce, Projeto Transando Saúde, Projeto Mestre Cuca, Projeto Saúde na Empresa, Projeto SESC Qualidade de Vida na Comunidade, Orientações preventivas da saúde na comunidade.

#### 2.3.4.1 Ação 001 – Atividade Nutrição

Tabela 14 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Proporcionar o acesso à alimentação saudável, visando a qualidade e bem-estar da clientela.
DESCRIÇÃO	Alimentação diária balanceada, orientações nutricionais com redução do desperdício, lanches e pequenas refeições.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Saúde
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 15– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	2.949.775	3.253.026	110,28%
Física/Atendimentos	1.096.400	1.338.600	122,09%

Consiste em ações destinadas ao fornecimento de refeições e à promoção, proteção e recuperação do estado nutricional. Compreendendo as realizações de refeições e lanches, são desenvolvidas em todas as Unidades. Com uma previsão de 1.096.400 atendimentos, realizou 1.338.600, superando a previsão em 22,09% . Realizou 110,28% da disponibilidade orçamentária.

#### 2.3.4.2 Ação 002 – Atividade Assistência Odontológica

Tabela 16 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Promover a proteção, recuperação da saúde bucal, através dos atendimentos nas Unidades Executivas.
DESCRIÇÃO	Execução de consultas odontológicas em geral, bem como ações educativas de promoção e prevenção da saúde oral.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 17– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	939.566	735.127	78,24%
Física/Atendimentos	92.930	96.760	104,12%

Desenvolvida em todas as Unidades Executivas, com maior concentração de atendimentos no SESC Horto e SESC Camillo Boni, Os atendimentos proporcionados se referem à consultas clínicas em geral, prótese, periodontia e endodontia, ortodontia. Realizou 96.760 atendimentos, superando em 4,12% a previsão.

### 2.3.4.3 Ação 003 – Atividade Educação em Saúde

Tabela 18 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Promover ações sistemáticas que visem disseminar conhecimentos que conduzam a uma vida saudável, considerando a realidade social e tornando a saúde um fator de desenvolvimento da qualidade de vida da clientela.
DESCRIÇÃO	Compreende as realizações de visitas monitoradas a exposições, cursos, seminários, encontros, campanhas, oficinas, feiras de saúde e vídeos educativos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Saúde
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 19 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	92.590	25.528	27,57%
Física/Atendimentos	297.250	342.495	115,22%

Desenvolvida em todas as Unidades Executivas através de campanhas, tem seu maior peso nas realizações educativas e de orientação à clientela das atividades sistemáticas das Unidades, órgãos públicos e empresas do comércio. Proporcionou 342.495 atendimentos, superando a meta em 15,22% . Realizou 27,57% da sua previsão orçamentária.

#### 2.3.4.4 Ação 004 – Atividade Assistência Médica

Tabela 20 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Consiste em ações destinadas ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento de doenças, através das modalidades de consultas médicas, de enfermagem e atendimentos de emergência.
DESCRIÇÃO	Exames de pele aos alunos dos cursos de natação, e banhistas, avaliação física aos frequentadores dos cursos, estímulo à prática do exercício físico regular visando melhorar a qualidade de vida da clientela.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Saúde
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 21 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	91.220	30.303	33,22%
Física/Atendimentos	48.400	53.401	110,33%

Tem como principais ações a prevenção e tratamento de doenças, através do exame de pele para banhistas, consultas de enfermagem e atendimentos de emergência. Atividade desenvolvida nas Unidades SESC Camillo Boni, SESC Horto e SESC Dourados, realizou 53.401 atendimentos, superando a meta esperada que era de 48.400. Realizou 33,22% da meta financeira.

### 2.3.5 Programa 003– Cultura

Tabela 22 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.3 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Conjunto de ações que visam ao desenvolvimento, à difusão e à preservação do conhecimento, através do incentivo à cultura e da difusão das artes em geral.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ações culturais através de bibliotecas, apresentações artísticas e manifestações de desenvolvimento artísticos – culturais.
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Crescimento dos Atendimentos Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários e dependentes .

Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos	
Atendimentos realizados no programa em 2007	1.182.984
Atendimentos realizados no programa em 2008	1.160.159
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	-1,93%

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	1.052.150
Despesas totais realizadas no programa	774.205
Percentual de execução das despesas	73,58%

#### 2.3.5.1 Principais ações do Programa

Inúmeras opções são desenvolvidas, nas Unidades Executivas: Biblioteca, Apresentações Artísticas e Desenvolvimento Artístico Cultural - além da Unidade Móvel BiblioSESC e, ações educativas e culturais em propostas voltadas às comunidades de atuação do SESC.

Fiel aos seus objetivos priorizou o desenvolvimento à difusão e à preservação do conhecimento pela via do incentivo à cultura e da difusão das artes em geral.

Das previsões para o exercício apresenta uma evolução de 12,54% nos atendimentos. Com relação ao exercício anterior, foi praticamente cumprida a meta, com percentual mínimo negativo (-1,93%) que, somados os benefícios sociais proporcionados à clientela não há que representar prejuízo nos resultados.



Quanto ao aspecto orçamentário, o Programa realizou 73,58% das despesas orçadas, com um superávit de 26,42%. R\$ 672.820,00 foram destinados às atividades da área fim conforme relacionadas, e cerca de 101.385,00 destinaram-se à área meio.

Todas as atividades apresentam evolução em vista da potencialização da clientela nos anos anteriores e de sua adesão à programação, que vem ao longo do tempo sendo absorvida pelo processo educativo de formação cultural do público e de platéias.

Fruto do exercício das diretrizes de otimização dos recursos, do atendimento preferencial e subsídio para os serviços, mesmo o turismo social, que em anos anteriores ressentiu-se de demanda em vista da posição geográfica de nosso estado e das dificuldades de acesso a pacotes turísticos teve, - neste exercício - melhores condições de participação em virtude da política de preços e facilidades nos pacotes promovidos pela Atividade. A otimização dos recursos humanos nas unidades do interior do Estado, SESC Dourados e SESC Três Lagoas, também foram fatores que somaram para tal evolução.

Assim, das programações desenvolvidas no decorrer do ano, destacamos algumas:

Parcerias com importantes produtores culturais locais, com a realização de projetos como o SESC Encena, Concertos SESC 2008, implantação definitiva e com sucesso da Unidade Móvel BiblioSESC pelos 10 bairros de Campo Grande; manutenção da parceria com o Departamento Nacional na realização dos Projetos Palco Giratório, SESC Dramaturgia: Leituras em Cena, Projeto Sonora, Brasil; Formação de Ouvintes Musicais e o Projeto ArteSESC.

Os avanços poderão ser constatados com propostas mais audaciosas como Mostra SESC Terena de Artes, a nossa aldeia cultural que vem abrindo portas e espaços para a classe artística campo-grandense e de outras localidades se manifestarem.

#### 2.3.5.2 Ação 001 – Atividade Biblioteca

Tabela 23 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Prover e facilitar o acesso amplo, democrático e universal aos registros da expressão humana em sua diversidade e pluralidade, assegurando o exercício da cidadania.
DESCRIÇÃO	Serviços de consulta local, empréstimo de livros e outras atividades complementares sistemáticas de incentivo à leitura.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	

ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 24 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	312.940	322.442	198,90%
Física/Atendimentos	268.000	299.823	111,87%

Integra a Biblioteca Central e cinco bibliotecas setoriais, promovendo o intercâmbio de informações de seu significativo acervo, disponibilizando-o à clientela para consultas, empréstimos e leituras. Superou a meta prevista em atendimentos em 11,87%. Quanto à execução orçamentária, realizou 198,90% da previsão para o exercício.

### 2.3.5.3 Ação 002 – Atividade Apresentações Artísticas

Tabela 25 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Proporcionar toda e qualquer manifestação cultural, contribuindo para formação de público, valorizando e destacando a herança e a contemporaneidade cultural, enriquecendo o desenvolvimento artístico-intelectual da sociedade.
DESCRIÇÃO	Ações culturais como dança, música, teatro, artes plásticas, artesanato, cinema e literatura.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 26 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	247.820	160.438	64,74%

Física/Atendimentos	540.300	623.530	115,40%
---------------------	---------	---------	---------

Com ações voltadas à promoção de eventos de caráter artístico que contribuam para ativar a reflexão, o debate e a produção artística, através das diversas modalidades compreendidas na Atividade, realizou 623.530 atendimentos, proporcionando um avanço de 15,40% em relação ao que foi previsto para o exercício. A execução orçamentária foi de 64,74% da previsão.

2.3.5.4 Ação 003 – Atividade Desenvolvimento Artístico Cultural  
Tabela 27 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Promover a cultura através das ações didáticas artísticas e pedagógicas, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal artístico, formando platéia e despertando as suas potencialidades.
DESCRIÇÃO	Oferece manifestações culturais nas áreas de cinema, música, literatura, teatro, dança, teatro, dança, artes plásticas e artesanatos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 28 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	233.390	189.939	81,38%
Física/Atendimentos	222.600	236.806	106,38%

Com o objetivo de proporcionar à clientela o desenvolvimento de suas potencialidades artísticas, incentivando-as a refletir sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas, a atividade desenvolveu 236.806 atendimentos, de uma previsão de 222.600, gerando avanço de 6,38% . Realizou 81,38% das despesas orçamentárias.

2.3.6 Programa 004 – Lazer

Tabela 29 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.4 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Conjunto de ações lúdicas, recreativas e de entretenimento voltadas para o aproveitamento do tempo livre.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Proporcionar o bem-estar físico-psicossocial e manutenção da saúde através do exercício, do lazer e realizações complementares – contribuindo com a elevação da qualidade de vida da clientela.
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Crescimento dos Atendimentos Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários, dependentes e comunidade

Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos	
Atendimentos realizados no programa em 2007	1.786.530
Atendimentos realizados no programa em 2008	2.120.345
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	18,69%

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	1.916.944
Despesas totais realizadas no programa	968.030
Percentual de execução das despesas	50,50%

### 2.3.6.1 Principais ações do Programa

Pautados nas Diretrizes Gerais do SESC, e de fato na missão Institucional, buscou-se focar no planejamento já existente, dando ênfase na significância do tempo livre, no lazer e na importância das práticas de atividades físicas, não esquecendo da prosperidade social ocasionada através do fazer.

Através das atividades Desenvolvimento Físico Esportivo e Recreação, foram desenvolvidas ações no campo do esporte e recreação, integrando as outras formas de atendimentos, incluindo no trabalho social sob forma prioritária os comerciários e seus dependentes, o que se deu em todas as Unidades Executivas.

Algumas principais ações desenvolvidas:

8º Festival SESCainágua; Lazer para Empresa; 8ª Copa SESC Intergerações de Futsal; 15ª Copa SESC do Comerciário de Futsal; 6ª Olimpíada da Escola do SESC; 20ª Minimaraton SESC/MS; Dia do Desafio; Brincando nas Férias; Jogos Cooperativos do SESC; Festival SESC de Atletismo; Copa SESC de Futebol Veterano; 2ª Copa SESC de Futsal Mamadeira; 1º Circuito SESC de Corrida Rústica nos Bairros; 1ºs Jogos Cooperativos.

O Programa superou sua meta em 17,60%, e, comparado com o exercício anterior obteve um avanço de 18,69%.

O percentual de execução orçamentária foi de 50,50% do previsto, sendo que R\$ 939.122,00 foram destinados às atividades da área fim relacionadas, e cerca de R\$ 28.908,00 destinaram-se à área meio.

### 2.3.6.2 Ação 001 – Atividade Desenvolvimento Físico-Esportivo

Tabela 30 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Proporcionar ações destinadas aos exercícios físico-esportivos, através das modalidades de ginástica e desporto em geral.
DESCRIÇÃO	Ações de exercícios físicos esportivos, através da ginástica, esportiva em geral com caráter de cursos, competições, treinos sistemáticos e realizações complementares.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 31– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	851.750	677.861	79,58%
Física/Atendimentos	486.620	557.051	114,47%

Com o oferecimento de atividades e serviços de esporte que alcancem níveis satisfatórios de qualidade, tanto nos aspectos formais de expressão quanto no seu conteúdo, a atividade encerra o exercício com aumento de 14,47% em seus atendimentos previstos. Financeiramente, realizou 79,58 da sua previsão.

### 2.3.6.3 Ação 002 – Atividade Recreação

Tabela 32 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Desenvolver ações voltadas para o entretenimento da clientela através de práticas lúdicas e informais, aproveitando o tempo livre do indivíduo, proporcionando-lhe melhor qualidade de vida.
DESCRIÇÃO	Recreação esportiva, jogos de salão, banhos de piscina, reuniões dançantes, assistência a TV, serestas, sessões de vídeo, festas de confraternização e assistência a eventos esportivos.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 33– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	373.290	200.363	53,67%
Física/Atendimentos	1.313.200	1.558.780	118,70%

As ações sistemáticas de recreação esportiva, jogos de salão, manhãs, tardes e noites de recreio, banhos de piscina, reuniões dançantes, assistência a TV, serestas, sessões de vídeo, festas de confraternização e assistência a eventos esportivos de caráter competitivo, proporcionaram um resultado satisfatório de

1.558.780 atendimentos no decorrer do ano. Das despesas orçamentárias previstas, 53,67% foram realizadas.

#### 2.3.6.4 Ação 003 – Atividade Turismo Social

Tabela 34 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão, propondo ações de maneira a efetivar a valorização do lugar e das pessoas, construindo uma mentalidade de respeito às diferenças.
DESCRIÇÃO	Oferecimento de excursões, passeios, passeios locais.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 35 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	553.630	60.897	11%
Física/Atendimentos	3.215	4.514	140,40%

O Turismo Social esteve em evidência proporcionando o descanso e o lazer da clientela, estimulando os conhecimentos históricos, culturais e sociais dos pontos turísticos, através das excursões, passeios e passeios locais, proporcionando 4.514 atendimentos ao Programa, com um avanço de 40,40% nos resultados. Realizou 11% da execução orçamentária.

### 2.3.7 Programa 005 – Assistência

Tabela 36 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.5 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Promover ações no sentido de contribuir para a valorização do trabalhador e de sua família e para a sua integração na comunidade, através de medidas de auxílio indireto com caráter educativo e social.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Desenvolver ações relacionadas às áreas de trabalho com grupos, ação comunitária e assistência especializada, através de reuniões de grupos, atuações junto às comunidades parceiras de realizações e Programa Mesa Brasil - e financiamento de utilidades através do FUNAC.
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Crescimento dos Atendimentos Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários e dependentes .

Indicador – Taxa de Crescimento dos Atendimentos	
Atendimentos realizados no programa em 2007	14.005.304
Atendimentos realizados no programa em 2008	14.604.652
Taxa de crescimento em relação ao ano anterior	4,28%

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	3.398.380
Despesas totais realizadas no programa	2.924.847
Percentual de execução das despesas	86,07%

#### 2.3.7.1 Principais ações do Programa

Com o objetivo de contribuir para a valorização do trabalhador e de sua família bem como para a integração da comunidade, com ações de auxílio indireto com caráter predominantemente educativo e social, o Programa é desenvolvido através das atividades Trabalho com Grupos, Ação Comunitária através do Programa Mesa Brasil e, a Assistência Especializada através do FUNAC – Fundo de Atendimento ao Comerciário. Registrou, neste exercício, a maior superação de suas projeções em vista do Programa Mesa Brasil, realizando 173,42% em vista das doações da CONAB para o Programa. Assim, cresce em 73,42% além da previsão do ano, e evolui 4,28% em relação ao exercício anterior.



Quanto ao comportamento das despesas realizou 86,07% da sua previsão, o que demonstra uma economia de 13,93% nas suas ações. R\$ 2.702.868,00 foram destinados às atividades da área fim conforme relacionadas, e cerca de R\$ 221.979,00 destinaram-se à área meio.

Algumas das principais ações desenvolvidas pelo Programa:

Palestras com temas diversos; Encontro com a Família; Encontro Quadrinhos da Amizade; Festa Junina da 3ª Idade; Comemoração ao Dia Nacional do Idoso; financiamento de serviços através do Funac; Programa Mesa Brasil, com coleta e distribuição de alimentos.

### 2.3.7.2 Ação 001 – Atividade Trabalho com Grupos

Tabela 37 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Consiste em ações socioeducativas de formação e desenvolvimento de grupos destinados a promover a participação social e o exercício da cidadania.
DESCRIÇÃO	Oferecimento de reuniões para formação de grupos, reuniões de continuidade, oficinas, palestras, dinâmicas de integração, seminários, cursos, campanhas e visitas institucionais.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 38 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	109.340	80.497	73,62%
Física/Atendimentos	30.000	41.838	139,46%

Com atuação nas Unidades SESC Horto e SESC Dourados, desenvolveu ações com o objetivo de contribuir para a melhoria das relações e condições no trabalho, na família e na comunidade, promovendo e incentivando o desenvolvimento de grupos sociais tais como: pais, aposentados, empregados, jovens, adultos e idosos.

Realizou 41.838 atendimentos, superando a meta que era de 30.000. Ao final do exercício concluiu cumpriu 73,62% da meta orçamentária correspondente.

### 2.3.7.3 Ação 002 – Atividade Ação Comunitária

Tabela 38 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Proporcionar ações destinadas a promover o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, incentivando à participação e a integração comunitária, através da atuação do SESC com a comunidade e do estabelecimento de parcerias com outras instituições.
DESCRIÇÃO	Reuniões para a formação de núcleos comunitários, encontros, campanhas, orientações em grupo, palestras, seminários, feiras e exposições e complementação de refeições.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 39 – Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	39.600	34.494	87,11%
Física/Atendimentos	8.384.710	14.555.659	173,60%

Atividade desenvolvida nas Unidades SESC Camillo Boni e SESC Dourados com ações do Programa Mesa Brasil e em Três Lagoas com ações em parceria com Associações de Moradores, órgãos públicos e particulares - promovendo a convivência e a socialização através do lazer e do esporte saudável, realizou 14.555.659 atendimentos, resultando em um crescimento de 73,60% no comparativo com a previsão anual. Se comparado com o exercício anterior, cresceu 4,28%. Já no comparativo de 2007/2006, o crescimento foi de 86,87%.

A execução orçamentária foi 87,11% da previsão para o exercício. Portanto, uma economia de 12,89%.

### 2.3.7.4 Ação 003 – Atividade Assistência Especializada

Tabela 40 – Dados Gerais da Ação

TIPO	Não se aplica ao SESC
FINALIDADE	Prestar serviços técnicos e auxílios indiretos, individualizados.
DESCRIÇÃO	Oferece financiamentos de serviços através do FUNAC – Fundo de Atendimento ao Comerciarário.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	NÃO SE APLICA AO SESC
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	
UNIDADES EXECUTORAS	
ÁREAS (DENTRO DA UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Direção da Área Fim e Setores de Educação
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO.	Assistência Social

Tabela 41– Metas e Resultados da Ação no Exercício:

Metas	Previsão	Realização	% de Realização
Financeira – R\$	43.990	38.120	86,66%
Física/Atendimentos	6.960	7.155	102,80%

Desenvolvida através do encaminhamento das atividades Assistência Odontológica e Turismo Social, possibilita o acesso aos serviços acima citados, através de parcelamento odontológico e pacotes turísticos, visando promover a saúde e qualidade de vida da família comerciária. Realizou 102,80% das metas de atendimentos e 86,66% da previsão orçamentária.

### 2.3.8 Programa 006 – Administração

Tabela 42 – Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.6 Apoio Administrativo
OBJETIVO GERAL	Proporcionar a organização adequada e à mobilização dos recursos humanos, materiais, técnicos, financeiros e institucionais da AR-SESC-MS.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Garantir os meios necessários ao desenvolvimento das ações do Departamento Regional - MS
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	

INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comerciários e dependentes .

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	4.422.981
Despesas totais realizadas no programa	4.351.388
Percentual de execução das despesas	98,38%

### 2.3.9 Programa 007 – Previdência

Tabela 43– Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	1.7 Finalístico
OBJETIVO GERAL	Proporcionar amparo e assistência aos servidores da Entidade e seus beneficiários.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Não há
GERENTE DO PROGRAMA	Não se aplica ao SESC
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NA UJ	
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Percentual de Execução Orçamentária
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Servidores

Indicador – Percentual da Execução Orçamentária	
Despesas totais orçadas no programa	2.649.000
Despesas totais realizadas no programa	2.008.061
Percentual de execução das despesas	75,80%

## 2.4 Desempenho Operacional.

### 2.4.1 Percentual de Realização dos Atendimentos Previstos.

- a) Utilidade: Medir o percentual de realização da meta de atendimentos prevista para o ano;
- b) Tipo: Eficácia;
- c) Fórmula:  $RAP = (\text{Total de Atendimentos Realizados} / \text{Total de Atendimentos Previstos}) * 100$ ;
- d) Método de aferição: Dados coletados do Anuário Estatístico do SESC (Atendimentos Realizados) e do Programa de Trabalho do Regional (Atendimentos Previstos);
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa;
- f) Resultado do indicador em 2008:  $RAP = (20.665.903 / 13.680.260 * 100)$ .

RAP = 151,06%.

Avaliação do Resultado do Indicador		
Conceito		Descrição
Eficaz	Muito bom	Atingiu de 90% até 100% da meta
	Bom	Atingiu de 80% até 89,9% da meta
Ineficaz	Razoável	Atingiu de 70% até 79,9% da meta
	Ruim	Atingiu de 50% até 69,9% da meta
	Muito Ruim	Atingiu menos de 50% da meta

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não ocorreram disfunções. A superação de 51,06% da meta prevista demonstra que o resultado foi muito bom.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não se aplica devido à avaliação do resultado eficaz.

### 2.4.2 Percentual de Execução Orçamentária

- a) Utilidade: Medir a proporção do orçamento previsto que foi executado no ano;
- b) Tipo: Eficácia ;
- c) Fórmula:  $PEO = (\text{Valor Total Executado} / \text{Valor Total Orçado}) * 100$ ;
- d) Método de aferição: Dados coletados do Orçamento Anual ;
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa;
- f) Resultado do Indicador em 2008:  $PEO = (17.071.233,58 / 19.682.096,00 * 100)$ .

PEO = 86,73%

Avaliação do Resultado do Indicador		
Conceito		Descrição
Eficaz	Muito bom	Executou de 90% até 110% do valor orçado
	Bom	Atingiu de 80% até 89,9% do valor orçado
Ineficaz	Razoável	Atingiu de 70% até 79,9% do valor orçado
	Ruim	Atingiu de 50% até 69,9% do valor orçado
	Muito Ruim	Atingiu menos de 50% ou mais de 110% do valor orçado

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não ocorreram disfunções. O resultado obtido demonstra a eficácia do DR/MS na orçamentação de suas despesas, significando uma correta avaliação e previsão de seus gastos.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica devido ao bom resultado alcançado neste indicador.

#### 2.4.3 Produtividade dos Recursos Humanos

- a) Utilidade: Medir o número médio de atendimentos por servidor e comparar com o resultado do ano anterior, supondo-se que todos os servidores estejam prestando serviços à clientela;
- b) Tipo: Eficiência;
- c) Fórmula:  $PRH = \text{Total de Atendimentos Realizados no Ano} / \text{Total de Servidores em 31 de dezembro}$ ;
- d) Método de aferição: dados coletados do Anuário Estatístico do SESC (Atendimentos Realizados) e do Quadro de Pessoal do Regional (número de servidores);
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa;
- f) Resultado do indicador em 2008: (20.665.903 / 389).

PRH 2008: 53.125,71

PRH 2007: 54.764,01

Avaliação do Resultado do Indicador	
Conceito	Descrição
Eficiente	PRH maior do que o do ano anterior
Ineficiente	PRH menor do que o do ano anterior

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: O resultado demonstra uma queda de 1.638,30 atendimentos para cada servidor, gerando uma redução de 2,99% na produtividade dos recursos humanos;
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: O resultado acima se atribui ao aumento do número de servidores do quadro

efetivo, em função da necessidade apontada pelas atividades para um melhor desenvolvimento e atendimento à clientela.

#### 2.4.4 Produtividade dos Recursos Financeiros

- a) Utilidade: Medir o número médio de atendimentos por recurso financeiro e comparar com o resultado do ano anterior, supondo-se que toda a receita financeira esteja direcionada para o atendimento da clientela;
- b) Tipo: Eficiência;
- c) Fórmula:  $PRF = \text{Total de atendimentos realizados no ano} / \text{total da receita corrente}$ ;
- d) Método de aferição: Dados coletados do Anuário Estatístico do SESC (atendimentos realizados), do Orçamento, do Balanço ou da Prestação de Contas;
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa;
- f) Resultado do indicador em 2008:  $PRF = (20.665.903 / 21.526.597,75)$ .

PRF = 0,96 atendimento por recurso financeiro em 2008

PRF = 1,11 atendimento por recurso financeiro em 2007

Avaliação do Resultado do Indicador	
Conceito	Descrição
Eficiente	PRF maior do que o do ano anterior
Ineficiente	PRF menor do que o do ano anterior

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:  
O índice apresentou ineficiência, o que se atribui à seguinte situação: até os exercícios 2006/2007 tínhamos os atendimentos extra muro . A partir de 2008 esses atendimentos passaram a ser mais internos, ao mesmo tempo em que procurou-se qualificar esse atendimento para o cliente preferencial que se dirige à Unidade, o que ocasionou a redução dos atendimentos do Programa Mesa Brasil, maior produtor da atividade.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:  
O Setor responsável – Assistência Comunitária, dará ênfase a novas estratégias para que se corrija a distorção .

#### 2.4.5 Custo Unitário do Atendimento

- a) Utilidade: medir o custo médio unitário dos atendimentos realizados e comparar com o resultado do ano anterior.
- b) Tipo: Economicidade:
- c) Fórmula:  $CAT = \text{Total de Despesas Correntes} / \text{Total dos Atendimentos Realizados}$ .
- d) Método de aferição: Dados coletados do Anuário Estatístico do SESC (Atendimentos Realizados) e do Orçamento, Balanço ou Prestação de Contas
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa.

Resultado do indicador em 2008:  $CAT = (16.917.769,94 / 20.665.903)$

CAT 2008 = 0,82

CAT 2007 = 0,76

Avaliação do Resultado do Indicador	
Conceito	Descrição
Eficiente	CAT menor do que o do ano anterior
Ineficiente	CAT maior do que o do ano anterior

- f) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: praticamente manteve o mesmo comportamento do exercício anterior, com diferença de 0,06 nos percentuais.
- g) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: acompanhamento rigoroso para os próximos exercícios.

#### 2.4.6 Taxa de crescimento do Atendimento

- a) Utilidade: medir o crescimento do número de atendimentos realizados no ano em relação aos atendimentos realizados no exercício anterior.
- b) Tipo: Eficiência
- c) Fórmula:  $TCA = (\text{total de atendimentos realizados no ano} * 100 / \text{total de atendimentos realizados no ano anterior}) - 100$
- d) Método de aferição: dados coletados do Anuário Estatístico do SESC
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa.
- f) Resultado do indicador em 2008:  $TCA = (20.665.903 / 19.331.696 * 100)$
- g) TCA 2008 = 6,9%



Avaliação do Resultado do Indicador	
Conceito	Descrição
Eficiente	Percentual Positivo – crescimento
Ineficiente	Percentual Negativo – decréscimo

- h) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não ocorreram disfunções. O resultado aponta o crescimento de 6,9% nos atendimentos realizados.
- i) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não se aplica devido ao resultado apontado pelo indicador.

#### 2.4.7 Taxa de Renovação de Matrículas

- a) Utilidade: medir o percentual de matriculados no ano (N-1) quem continuam a utilizar os serviços do SESC no ano (N). Entende-se que o ato de renovação de matrícula é uma demonstração da clientela de que está satisfeita com o serviço oferecido pelo SESC.
- b) Tipo: Qualidade
- c) Fórmula:  $TRM = (\text{total de matrículas revalidadas no ano} / \text{total de matrículas do ano anterior}) * 100$
- d) Método de aferição: dados coletados do Anuário Estatístico do SESC
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Setor de Programação, Orçamento e Pesquisa.
- f) Resultado do indicador em 2008:  $TRM = (39.904 / 46.355 * 100)$   
 TRM 2008 = 86,0%  
 TRM 2007 = 68,8%

Avaliação do Resultado do Indicador	
Conceito	Descrição
Mais efetivo	Percentual maior do que o do ano anterior
Menos efetivo	Percentual menor do que o do ano anterior

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não ocorreram disfunções. O resultado demonstra a boa aceitação dos serviços oferecidos pela Instituição no decorrer do exercício.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: não se aplica devido ao resultado alcançado.

#### 2.4.8 Pesquisas de Satisfação da Clientela – Indicador de Qualidade

Relacionamos abaixo o resultado das pesquisas aplicadas nas Unidades Executivas, no decorrer do ano.

Atividade Nutrição – lanchonetes

SESC Camillo Boni

	Conceito
Atendimento (atenção e simpatia)	Ótimo
Atendimento (agilidade)	Ótimo
Atendimento (tempo de espera)	Bom
Produtos salgados (qualidade)	Ótimo
Produtos salgados (variedade)	Bom
Produtos salgados (preços)	Ótimo
Produtos doces (qualidade)	Bom
Produtos doces (variedade)	Bom
Produtos doces (preços)	Bom
Higiene e conservação	Ótimo
Espaço físico	Nota máxima
Serviços de modo geral	Nota máxima

SESC Horto

	Conceito
Atendimento (atenção e simpatia)	Ótimo
Atendimento (agilidade)	Ótimo / bom
Atendimento (tempo de espera)	Ótimo
Produtos salgados (qualidade)	Ótimo
Produtos salgados (variedade)	Bom
Produtos salgados (preços)	Ótimo
Produtos doces (qualidade)	Ótima
Produtos doces (variedade)	Bom
Produtos doces (preços)	Ótimo
Higiene e conservação	Ótimo
Espaço físico	Nota máxima
Serviços de modo geral	Nota máxima

SESC Almirante Barroso

	Conceito
Atendimento (atenção e simpatia)	Ótimo
Atendimento (agilidade)	Ótimo
Atendimento (tempo de espera)	Ótimo
Produtos salgados (qualidade)	Ótimo
Produtos salgados (variedade)	Bom
Produtos salgados (preços)	Bom
Produtos doces (qualidade)	Ótima
Produtos doces (variedade)	Bom
Produtos doces (preços)	Regular
Higiene e conservação	Ótimo
Espaço físico	Nota máxima
Serviços de modo geral	Nota máxima

SESC Três Lagoas

	Conceito
Atendimento (atenção e simpatia)	Ótimo
Atendimento (agilidade)	Ótimo
Atendimento (tempo de espera)	Ótimo
Produtos salgados (qualidade)	Ótimo
Produtos salgados (variedade)	Bom
Produtos salgados (preços)	Bom
Produtos doces (qualidade)	Bom
Produtos doces (variedade)	Bom
Produtos doces (preços)	Bom
Higiene e conservação	Ótimo
Espaço físico	Nota máxima
Serviços de modo geral	Nota máxima

### SESC Dourados

	Conceito
Atendimento (atenção e simpatia)	Ótimo
Atendimento (agilidade)	Ótimo
Atendimento (tempo de espera)	Bom
Produtos salgados (qualidade)	Ótimo
Produtos salgados (variedade)	Ótimo /Bom
Produtos salgados (preços)	Ótimo
Produtos doces (qualidade)	Bom
Produtos doces (variedade)	Regular
Produtos doces (preços)	Bom
Higiene e conservação	Ótimo
Espaço físico	Nota máxima
Serviços de modo geral	Nota máxima

### Atividade Nutrição – restaurantes

#### SESC Camillo Boni

	Conceito
Qualidade das refeições	Ótimo/bom
Variedade das refeições	Bom
Apresentação	Bom
Preço das refeições	Ótimo
Atenção e simpatia do pessoal	Ótimo
Rapidez no atendimento	Bom
Conhecimento dos produtos	Bom
Serviço de caixa – atenção e simpatia	Ótimo
Serviço de caixa - Rapidez	Bom
Serviço de caixa – tempo de espera	Bom
Expectativa da clientela em relação aos serviços de modo geral	Bom
Impressão geral sobre o ambiente	Bom
Possibilidade em recomendar o restaurante para	Bom

outros	
Nota atribuída aos serviços	Nota máxima

SESC Horto

	Conceito
Qualidade das refeições	Ótimo
Variedade das refeições	Bom
Apresentação	Ótimo
Preço das refeições	Bom
Atenção e simpatia do pessoal	Ótimo
Rapidez no atendimento	Ótimo
Conhecimento dos produtos	Ótimo
Serviço de caixa – atenção e simpatia	Ótimo
Serviço de caixa - Rapidez	Ótimo
Serviço de caixa – tempo de espera	Bom
Expectativa da clientela em relação aos serviços de modo geral	Ótimo
Impressão geral sobre o ambiente	Bom
Possibilidade em recomendar o restaurante para outros	Ótimo
Nota atribuída aos serviços	Nota máxima

SESC Dourados

	Conceito
Qualidade das refeições	Ótimo
Variedade das refeições	Bom
Apresentação	Bom
Preço das refeições	Bom
Atenção e simpatia do pessoal	Ótimo
Rapidez no atendimento	Ótimo
Conhecimento dos produtos	Bom
Serviço de caixa – atenção e simpatia	Ótimo
Serviço de caixa - Rapidez	Ótimo
Serviço de caixa – tempo de espera	Bom
Expectativa da clientela em relação aos serviços de modo geral	Bom
Impressão geral sobre o ambiente	Ótima
Possibilidade em recomendar o restaurante para outros	Ótima
Nota atribuída aos serviços	Nota máxima

Atividade: Assistência Odontológica

SESC Camillo Boni

	Conceito
--	----------

Atendimento das recepcionistas	Muito bom
Atendimento das auxiliares	Muito bom
Atendimento do Odontólogo	Muito bom
Higiene e conforto das instalações	Muito bom
Qualidade dos serviços	Muito bom
Preço	Muito bom
Horário do atendimento	Satisfeitos
Opção de horário para o sábado	6 pessoas
Sugestões para formas de pagamentos	Parcelamento pelo Funac

#### SESC Horto

	Conceito
Atendimento das recepcionistas	Muito bom
Atendimento das auxiliares	Muito bom
Atendimento do Odontólogo	Muito bom
Higiene e conforto das instalações	Muito bom
Qualidade dos serviços	Muito bom
Preço	Muito bom
Horário do atendimento	Satisfeitos
Opção de horário para o sábado	7 opções, p horário matutino
Sugestões para formas de pagamentos	Parcelamentos p Funac

#### SESC Dourados

	Conceito
Atendimento das recepcionistas	Muito bom
Atendimento das auxiliares	Muito bom
Atendimento do Odontólogo	Muito bom
Higiene e conforto das instalações	Muito bom
Qualidade dos serviços	Muito bom
Preço	Muito bom
Horário do atendimento	Satisfeitos
Opção de horário para o sábado	10 opções, horário matutino
Sugestões para formas de pagamentos	Parcelamentos p Funac

#### SESC Três Lagoas

	1.8 Conceito
Atendimento das recepcionistas	1.9 Muito bom
Atendimento das auxiliares	Muito bom
Atendimento do Odontólogo	Muito bom
Higiene e conforto das instalações	Muito bom
Qualidade dos serviços	Muito bom
Preço	Bom
Horário do atendimento	Satisfeitos
Opção de horário para o sábado	6 opções, horário matutino
Sugestões para formas de pagamentos	Parcelamento p Funac

#### OdontoSESC

	Conceito
Atendimento das recepcionistas	Muito bom
Atendimento das auxiliares	Muito bom
Atendimento do Odontólogo	Muito bom
Higiene e conforto das instalações	Muito bom
Qualidade dos serviços	Muito bom
Preço	Muito bom
Horário do atendimento	Satisfeitos
Opção de horário para o sábado	2 opções p período matutino
Sugestões para formas de pagamentos	Parcelamento p Funac

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos  
(ITEM 3 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
4. Restos a Pagar de exercícios anteriores  
(ITEM 4 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(Não se aplica ao SESC)
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício  
(ITEM 5 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não houve ocorrência)
6. Previdência Complementar Patrocinada  
(ITEM 6 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos  
(ITEM 7 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
8. Renúncia Tributária  
(ITEM 8 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia  
(ITEM 9 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
10. Operações de fundos  
(ITEM 10 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
11. Despesas com cartão de crédito  
(ITEM 11 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno  
(ITEM 12 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)
  - Número do relatório: 209107, de 07 de maio de 2008, com anexo Demonstrativo das Constatações.

- Descrição da Recomendação:  
Recomendação 001:  
“Recomendamos ao SESC que adote, para todos os veículos, medidas de controle permanente e em tempo integral quanto à quilometragem, horário, itinerário e pernoite”.
- Providências adotadas:  
Esclarecimentos e justificativas através da Carta SESC-AR/MS Nº 367/2008, com anexo Esclarecimentos e justificativas referente a solicitação nº 12481/2008/GAB/CGU:

“(…)

Em observância ao disposto no item 2.4 da Norma de Execução CGU n.º 5, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria n.º 1.950 de mesma data, bem como em cumprimento ao Decreto n.º 3.591, art. 20-B, § 2º, do expediente da Controladoria Geral da União – Regional de MS, passa-se a prestar as informações justificativas e esclarecimentos, acerca do encerramento dos trabalhos de campo.

1. Apoio Administrativo SESC  
1.1 ALOCAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
1.1.1 ASSUNTO – MEIOS DE TRANSPORTE  
1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

A adoção de controle permanente e em tempo integral de todos os veículos da Unidade, em atendimento à recomendação da CGU, constante do item 1.1.1.1 do Anexo I ao Relatório de Auditoria n.º 189.265, não há razão de persistir.

O Acórdão n.º 155/2008 proveniente do TCU, ao julgar o Recurso de Reconsideração interposto pela Administração Nacional do SESC, reformou o subitem 1.1.5 do Acórdão n.º 2816/2007 TCU – 1ª Câmara, onde determinava a identificação de todos os veículos da Entidade e o seu efetivo controle.

Extrai-se, no entanto, apenas na matéria levantada pela CGU/MS, quanto ao efetivo controle em atenção ao item 1.1.1.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria n.º 189.265, que recomenda: Recomendação 001 – Adote, para todos os veículos, medidas de controle permanente e em tempo integral quanto à quilometragem, horário, itinerário e pernoite”. Esta recomendação já é executada pela Entidade nos veículos destinados aos serviços gerais que possuem identificação com o logotipo SESC, mas na forma que entende ser a mais adequada.

Quanto aos veículos executivos são anotadas as saídas e retornos dos mesmos, vez que esses estão desobrigados tanto a identificação com a logomarca do SESC, por não constituir medida eficaz para o controle e não ter repercussão objetiva para a missão institucional.

Verifica-se, pois que a entidade vem realizando corriqueiramente controle sobre seus veículos e seguindo o disposto no Acórdão n.º 2816/2007, reformado pelo Recurso de Reconsideração interposto pela Administração Nacional do SESC, que recebeu a seguinte conotação no voto do Ministro-Relator – Min. AUGUSTO NARDES (cujo inteiro teor segue anexo):

“(...)

9. Outrossim, “cabe ao próprio SESC a adequada definição de como serão esses controles (para ser assegurado que seja dada aos seus veículos a correta utilização a que eles se destinam, de acordo com as finalidades institucionais da entidade), não cabendo ao TCU adentrar no nível de detalhamento de sua execução, mas sim no atendimento de suas finalidades. Ou seja, esta Corte deve estar atenta que os veículos da entidade estejam submetidos a um controle adequado, sem entretanto definir em detalhes como deverá ser esse controle”.

Nesta decisão o Ministro legitima a natureza jurídica de direito privado da Entidade, uma vez que as normas específicas que tratam da matéria não abrangem o SESC, mas apenas a identificação dos veículos públicos do Poder Executivo Federal. Não abarcam a instituição por ser considerada pelo próprio TCU como sendo entidade paraestatal, que auxilia o Poder Público no seu mister.

A seu modo, na forma que entende mais eficaz, a entidade irá continuar a realizar o controle de seus veículos, conforme orientação do Departamento Nacional do SESC, e a teor do Recurso de reconsideração que alterou o Acórdão n.º 2816/2007 – TCU, restringindo a identificação com a logomarca apenas aos carros de trabalho.

Destarte, a entidade vem cumprindo com suas obrigações e vem seguindo as recomendações sugeridas pela CGU de uma forma menos burocrática que, caso seja necessário o acompanhamento como quer a entidade fiscalizadora, tal procedimento iria travancar e onerar a entidade, assim como observa as decisões sobre essas questões perante o Tribunal competente.

O fato de não constar em todas as vezes o itinerário dos veículos à disposição da diretoria ou da presidência, não implica dizer que há mal uso das verbas destinadas a essa entidade ou mesmo que não se está cumprindo com a finalidade para a qual é destinada.

Ademais isso, as trocas de óleo, lavagem e abastecimento, bem como as manutenções são todas documentadas e possuem notas fiscais de todos os gastos relativos aos veículos desta entidade.

Portanto, essa entidade acredita que vem cumprindo com a sua finalidade e com as recomendações na forma que entende ser a mais escorreita, na execução de sua finalidade (anexo I).

- Número do relatório: 209107, de 07 de maio de 2008, com anexo Demonstrativo das Constatações .
- Descrição da Recomendação 001:  
Realize o planejamento de suas despesas, para cada gestão, respeitando-se a determinação do art. 7º da Resolução SESC nº 1102/2006.
- Descrição da Recomendação 002:  
Deixe de parcelar suas despesas, realizando suas aquisições de bens ou serviços por meio de processo licitatório, de acordo com a modalidade de licitação cabível, quando o montante dos valores dessas aquisições,



referentes a um mesmo objeto, ultrapassarem o limite previsto para os casos de dispensa de licitação.

- Providências adotadas:  
Esclarecimentos e justificativas através da Carta SESC-AR/MS N° 367/2008, com anexo esclarecimentos e justificativas referente à recomendação.

### 1.1.2 – CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

#### – DESCUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO DO TCU: FRACIONAMENTO DA DESPESA

Ao contrário do que entende a CGU/MS, entende o SESC que pode haver dispensa para as modalidades de licitação, nos termos do artigo 9º, I, da Resolução SESC n.º 1.102/2006, para cada aquisição ou compra que se enquadre nesse dispositivo, o que não quer dizer que deve observar o limite anual para esses valores.

Assim, entende o SESC que a Resolução n.º 1.102/2006, autoriza a aquisição de itens dispensados de licitação, até o limite previsto no inciso I do artigo 9º e em nenhum momento há menção que o limite constante naquele dispositivo é anual. Desta forma, vem efetuando as aquisições para cada necessidade do SESC que se enquadra naquela situação, dispensada de licitação.

Embora tenha a CGU em sua auditoria, constatado aquisição de refrigerantes no importe de R\$ 50.491,39 (cinquenta mil quatrocentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos), ocorridos de outubro a dezembro de 2007, cujo processo licitatório foi dispensado conforme disposto na alínea “a” do inciso II do artigo 6º, da Resolução SESC n.º 1.102/2006.

Equivoca-se a entidade fiscalizadora ao invocar o inciso II do artigo 6º da Resolução SESC n.º 1.102/2006, como sendo a motivação para a aquisição direta de refrigerantes e, sim, o inciso III da mesma Resolução, diante da iminência de falta de produtos para suprir as necessidades da lanchonete e do restaurante.

De outra banda, verifica-se que a CGU alega em seu item 2 do Ofício n.º 12481/2008: “que a unidade poderá apresentar, se for o caso, outras informações e esclarecimentos que não tenham sido apresentados à equipe de auditoria durante os trabalhos de campo”. Vale esclarecer que, os auditores foram cientificados da razão pela qual foi dispensada a licitação nos moldes estabelecidos pela norma vigente, inclusive, tendo eles tirado cópias do processo licitatório.

Para melhor elucidar o alegado, junta esta entidade cópia integral do certame, em razão do não comparecimento de interessados no Edital, por razões não comunicadas pelas empresas convidadas, segue em anexo, cópias de todo o processo licitatório (anexo II).

Assim, devido à urgência na aquisição de produtos destinados a abastecer as lanchonete e restaurante do Parque Aquático, viu-se essa unidade compelida a efetuar a compra direta nos termos do artigo 9º, III, da Resolução SESC

n.º 1.102/2006, que prevê a aquisição direta, dispensada de licitação quando não houver interessados a participar do certame.

Desta feita, não houve infração ao contido no subitem 1.1.1 do Acórdão do TCU nº. 2.763/2006 – 1ª Câmara, pois o SESC está resguardado pela norma que o regulamenta e a segue em todos os seus termos. Razão pela qual não há falar em infração.

- Número do relatório: 209107, de 07 de maio de 2008, com anexo Demonstrativo das Constatações.
- Descrição da Recomendação 001:  
Elaborar o Relatório de Gestão conforme exigência dos Normativos que regulamentam a apresentação das contas no exercício.
- Providências adotadas:  
Esclarecimentos e justificativas através da Carta SESC-AR/MS Nº 367/2008, com anexo Esclarecimentos e justificativas referente a solicitação nº 12481/2008/GAB/CGU:

## 2 – CONTROLES DA GESTÃO

### 2.1 – Relatório de Gestão

#### ITEM 1 - DADOS DA INSTITUIÇÃO:

##### SEDE ADMINISTRATIVA

SESC – Administração Regional no Estado de Mato Grosso do Sul  
CNPJ 03.560.440/0001 – 91  
Endereço: Rua Marte, 138 – Vila Alto Sumaré  
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

##### UNIDADES EXECUTIVAS

Campo Grande – MS

•SESC Camillo Boni  
Av. Afonso Pena, 3.469 – Jardim dos Estados

•SESC Almirante Barroso  
Rua Almirante Barroso, 52

•SESC Horto  
Rua Anhandui, 200 – Centro

Três Lagoas – MS  
•SESC Três Lagoas  
Rua Elmano Soares, 854 – Centro

Dourados – MS  
•SESC Dourados  
Rua Toshinobu Katayama, 178 – Centro

## INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ENTIDADE

- NOME: SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
- SIGLA: SESC
- CNPJ: 03.560.440/0001-91
- NATUREZA JURÍDICA : PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS.
- VINCULAÇÃO: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO – CNC
- ENDEREÇO COMPLETO: Rua Marte, 138 – B. Alto Sumaré. CEP 79009-580
- NORMA DE CRIAÇÃO: Decreto-Lei n.º 9.853, de 13 de setembro de 1946.
- FINALIDADE : Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes; contribuir, no âmbito de suas áreas de atuação, para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos; garantia do estado físico, psíquico e social dos componentes do grupo familiar.
- NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL NO PERÍODO:
  - Diretrizes Gerais de Ação do SESC
  - Normas Gerais para Habilitação no SESC
  - Regimento Interno
  - Código de Contabilidade e Orçamento – Codeco
  - Programa de Trabalho
  - Relatório Anual
  - Outros documentos
- ORGANIZAÇÃO:
  - Conselho Regional (órgão deliberativo)
  - Departamento Regional (órgão executivo)
- TIPO DE ATIVIDADE: Prestação de serviços, de caráter socioeducativo, com ações no âmbito do bem-estar social nas áreas de Saúde, Cultura, Educação e Lazer.
- SITUAÇÃO DA UNIDADE: (em funcionamento)

## ITEM 2 - OBJETIVOS E METAS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS (PROJETOS E ATIVIDADES)

OBJETIVOS: Atingir as metas propostas em Projetos/Programa de Trabalho, proporcionando à clientela potencial (comerciário e seus dependentes) – 45.000 matrículas, 80.731 inscrições e 11.246.560 atendimentos através dos Programas Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Assistência e suas correspondentes atividades. Pg. 24 da PC2007.

### ITEM 3

Não houve Ocorrência

### ITEM 9

cópias do documento (anexo III)

### ITEM 10

Idem (anexo IV)

### ÍTEM 12

Não houve ocorrência

### ITEM 13

Não houve Ocorrência

### ITEM 14

Não houve ocorrência

### ÍTEM 15

#### OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

1. Os índices financeiros obtidos evidenciam consistente grau de liquidez, considerando a natureza e as características da entidade: LIQUIDEZ IMEDIATA EM 2006, 5,75; EM 2007, 8,64. LIQUIDEZ MEDIATA EM 2006, 5,81; EM 2007, 6,52. LIQUIDEZ GERAL 22,22, pg. 18 da PC2007.
2. O quadro comparativo da receita orçada com arrecadada, revela que as receitas correntes atingiram 102,15% do previsto, pg. 19 da PC2007.
3. A execução orçamentária da despesa cumpriu 87,73% da sua previsão. Pg.19 da PC2007.

#### 4. Indicadores de Gestão:

O número de atendimentos realizados em 2007 superou o de 2006 em 51,59% (carga de trabalho) ; pg. 22 da PC2007.

O avanço de superação das metas em relação ao exercício de 2006 foi de 28,70% (eficácia);pg. 22 da PC2007;

A produtividade dos recursos humanos foi de 38.760,82 em 2006 e 54.764,01 em 2007 (indicador de eficiência). Pg. 22 da PC2007;

O custo unitário do atendimento em 2006 foi de R\$ 1,31; em 2007 foi de R\$ 0,76 (indicador de economicidade); pg.23 da PC2007;

Houve queda sensível no indicador de renovação de matrículas, comparando-se com o exercício anterior. Diversos fatores contribuíram com essa queda: demanda retraída de alguns cursos oferecidos motivado pela competição de mercado; concorrência em vários setores de serviços; pressões econômicas interferindo no planejamento da clientela frequentadora dos serviços oferecidos pelo SESC, entre outros. Pg. 23 da PC2007.

1. Na produção dos serviços oferecidos o quadro geral apresenta resultados positivos em relação ao que foi previsto no Programa de Trabalho para 2007. Pg. 25 a 33 da PC2007.

PRODUÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
MATRÍCULAS	45.000	46.355
INSCRIÇÕES	80.731	92.171
ATENDIMENTOS	11.246.560	19.331.696

COM RELAÇÃO AO ÍTEM 2.2 (RELAÇÕES CONTÁBEIS), temos a informar:

O solicitado no item 2 já consta no Relatório de Gestão, exercício 2007, nas páginas 17 a 21;

O solicitado no item 5 (Lei 4.320/64) consta no Relatório de Gestão, exercício 2007, páginas 17 a 21; quanto à Lei 6.404/76, não se aplica ao SESC.

O solicitado no item 6 não se aplica ao SESC.

- Número do Relatório:

Ofício n.º 17674/2008/CGU – Regional Mato Grosso do Sul/CGU-PR, de 05 de junho de 2008, com anexos Relatório n.º 209107 e Plano de Providências.

- Descrição da Recomendação:

1.1.1.1. CONTROLE INADEQUADO QUANTO AO ITINERÁRIO DOS VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO.

i. Adote, para todos os veículos, medidas de controle permanente e em tempo integral quanto à quilometragem, horário, itinerário e pernoite.

- Providências adotadas:

No tocante à recomendação sugerida pela CGU/MS, esta UJ coaduna com o controle efetivo e contínuo dos veículos destinados às atividades de rotina na execução do seu mister. No entanto, vale lembrar que o SESC possui natureza jurídica privada e por essa razão, não se torna obrigatória a utilização do logotipo da entidade em todos os veículos da frota. Apesar que, tal medida é utilizada quanto aos veículos que atendem às necessidades da entidade.

Ademais isso, os veículos que atendem a entidade faz uso de mapa de circulação, preenchido manualmente pelo motorista responsável e atende as orientações da CGU/MS.

No entanto, cabe ressalva no tocante aos veículos que atendem a Presidência e a Diretoria, conforme justificado anteriormente.

- Número do Relatório:

Ofício n.º 17674/2008/CGU – Regional Mato Grosso do Sul/CGU-PR, de 05 de junho de 2008, com anexos Relatório n.º 209107 e Plano de Providências

- Descrição da Recomendação:

1.1.2.1. FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESA NAS AQUISIÇÕES POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

i. Realize o Planejamento de suas despesas, para cada gestão, respeitando-se a determinação do art. 7º da Resolução SESC n.º 1102/2006.

ii. Deixe de parcelar suas despesas, realizando suas aquisições de bens ou serviços por meio de processo licitatório, de acordo com a modalidade de licitação cabível, quando o montante dos valores dessas aquisições, referentes a um mesmo objeto, ultrapassarem o limite previsto para os casos de dispensa de licitação.

- Providências adotadas:

i. Esta UJ entende que a dispensa nos casos relatados por esta entidade fiscalizadora, são imprescindíveis para atender a finalidade social exercida pelo SESC, no atendimento de sua atividade fim. Embora asseverado pela CGU/MS ser possível haver um dimensionamento e, por conseqüência, um maior planejamento nas aquisições de bens e serviços, tal medida é adotada pela entidade.

Os casos excepcionais observados no exercício 2007, acredita esta entidade que foge à observação das recomendações sugeridas, vez que esbarra quando não na participação de empresas interessadas e com idoneidade fiscal e preços competitivos.

Não há dúvidas, que a licitação é a modalidade que transporta clareza às entidades que fazem uso de verbas públicas, para aquisição de bens e serviços. Contudo, quando tal medida se torna insubsistente e inócua, a entidade se vê de mãos atadas para atender seu mister.

A adoção da modalidade licitatória, sem que haja participantes e preços competitivos, implica aprovar medida prejudicial e insatisfatória para esta UJ.

Cabe assim, uma recomendação da CGU/MS, para a situação enfrentada por esta UJ, pois como bem pode ser observado, nos documentos colocados à disposição desta instituição fiscalizadora, acerca da abertura de licitação (modalidade convite) para aquisição de bebidas.

A exemplo das dificuldades enfrentadas por esta UJ, colocamos a disposição de Vossas Senhorias, processo licitatório aberto no mês de junho do corrente ano, onde apareceu apenas uma empresa distribuidora, com irregularidade de documentos e com preços bem acima do atualmente suportado pela entidade, o que traria grandes prejuízos.

Acerca do parcelamento das despesas, é a única forma encontrada pela entidade para atender todos os serviços que proporciona aos seus usuários, vez que não logrou êxito pela via licitatória, mas amparada na legislação que rege o SESC (Resolução n.º 1.102/2006 – art. 9º, I, V e IX).

Além disso, entende esta UJ que a dispensa de licitação em casos de urgência quando o evento ocorre por absoluta imprevisibilidade e a sua não execução vier a ocasionar prejuízos, pode se adotar a dispensa com fulcro nos dispositivos mencionados no parágrafo anterior.

Entende ainda, que a limitação contida no artigo 6º II, da Resolução SESC n.º 1.102/2006, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para compras e demais serviços, não sofre restrições a tal montante para aquisição anual, mas sim, para cada aquisição e para cada necessidade que o SESC venha a carecer. Portanto, nesse ponto diverge essa entidade das recomendações sugeridas.

Vale ainda lembrar que o SESC não possui local para acondicionamento de refrigerantes e água mineral para aquisição anual. Nesse ponto, surge outro porém, a validade do produto, que comporta apenas 06 (seis) meses da sua fabricação até a segurança para seu consumo.

Data venia, o gestor desta UJ busca sempre atender os anseios e necessidades daqueles que fazem uso dos serviços do SESC, o que pode ser atestado por essa instituição fiscalizadora.

Noutros aspectos, desta UJ concorda com a realização de processo licitatório para aquisição de bens e serviços, nos moldes da legislação que rege esta

entidade, sempre na busca de atender com transferência e com responsabilidade, mas desde que a realização do certame possa trazer resultados concretos que atendam a necessidade desta UJ, pois não haveria sentido efetuar aquisição de produto com valor superior ao que vem praticando na atualidade, o que redundaria em patente prejuízo aos usuários do SESC.

Diante do exposto, a irregularidade verificada por esta instituição fiscalizadora se trata de fato isolado e devidamente justificado e autorizado pela legislação que rege o SESC, (artigo 9º, incisos I, V e IX, da Resolução SESC n.º 1.102/2006) razão pela qual pugna pelo acolhimento da presente justificativa. Casos não seja esse o entendimento de Vossas Senhorias, apresentar recomendação por primeiro, quanto aos limites estampados no artigo 6º da Resolução SESC, por segundo, acerca da modalidade licitatória a ser adotada, por terceiro, estabelecer os número mínimo de participantes e, por último, quando houver proposta acima do valor que vem sendo praticado na compra direta, pois isso irá repercutir no valor final repassado ao usuário.

- Descrição da recomendação:

2.1.1.1 . RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO COM CONTEÚDO EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NA DN/TCU N.º 85/2007.

- Providências adotadas:

A Unidade concorda e já providenciou para que o Relatório de Gestão esteja com o seu conteúdo em acordo com o estabelecido na DN/TCU N.º 85/2007.

### 13. Determinações e recomendações do TCU

( ITEM 13 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)

- Número da Decisão ou Acórdão:

1. Determinação, Ofício N.º 99/2008-TCU/SECEX-MS, ACÓRDÃO N.º 407/2008 – TCU – 1ª CÂMARA

- Descrição da determinação

a) Observe os termos da determinação prolatada nas contas da entidade, relativas ao exercício de 2003, Acórdão n. 2.235/2005 – 1ª Câmara, no sentido de realizar o controle da utilização dos seus veículos, inclusive os de uso do presidente do Conselho Regional e da Diretoria Regional;

b) Conforme já determinado pelo Tribunal a essa entidade, quando do julgamento das contas do exercício de 2004 (Acórdão n. 2.763/2006 – 1ª Câmara, de 3/10/2006, TC-016.822/2005-3), realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio (Resolução/SESC n. 1.102/2006, de 20/2/2006 – Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio), por fragmentação de despesa;

c) nas futuras prestações de contas, passe a exigir dos membros dos Conselhos Fiscal e Regional comprovante da apresentação da declaração de bens e rendas,



em conformidade com o art. 14 incisos I e IV, c/c o art. 12, § 5º, da IN/TCU n. 47/2004; e

d) quanto à formalização do processo, faça constar do rol de responsáveis os membros do Conselho Regional e indique as naturezas de responsabilidade de cada pessoa arrolada, segundo o disposto nos arts. 12, inciso VI e § 5º, e 13, inciso II, da IN/TCU n. 47/2004.

- Providências adotadas:

Encaminhada carta DR/MS N.º 195/2008 ao TCU, com o seguinte teor:

Informamos que em relação aos itens “a” e “b” temos a informar que:

“a” – todos os veículos utilizados pela entidade dispõe de controle de utilização, inclusive os utilizados pelo Presidente do Conselho Regional e da Diretora Regional;

“b” – com relação às compras estamos observando os procedimentos constantes na Resolução SESC N.º 1.102/06, que regulamenta as Licitações e Contratos do SESC.

E quanto aos itens “c” e “d” já estão sendo observados.

- Número da Decisão ou Acórdão:

Ofício n.º 106/2008/SECEX-MS, de 28 de julho de 2008.

- Descrição da solicitação:

Considerando a publicação de anúncio de vagas de “Técnico Especializado II” e “Auxiliar de Copa e Cozinha II” na data de 22/07/2008 no Correio do Estado, e, com o fito de subsidiar trabalhos em andamento no âmbito desta Secretaria, solicito encaminhar, no prazo de até 5 dias a contar do recebimento da presente notificação, a esta Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul (Rua da Paz, nº 780, Jd. Estados, Campo Grande, CEP 79020-250), cópia do edital de abertura de inscrições para a seleção dos candidatos.

- Providências adotadas:

A Unidade encaminhou a Carta DR/MS N.º 636/2008 ao TCU:

Em atenção ao ofício de nº 106/2008/SECEX – MS recebido em nossa unidade na data de 29.07.2008, informamos que o processo seletivo de pessoal para uma vaga de “técnico especializado II” e quatro vagas de “auxiliar de copa e cozinha II”, objeto da publicação realizada no Jornal Correio do Estado que circulou no dia 22 de julho do corrente ano, não envolve edital, cujo encaminhamento foi solicitado.

Nesse sentido, esclarecemos que o recrutamento de pessoal segue procedimentos regulados por meio de Resolução do Conselho Nacional do SESC, de n.º 1089/2005, a qual em seu art. 5º dispõe:

“O recrutamento é a fase do processo em que se buscam candidatos com determinado perfil por meio de publicação de anúncio em jornal ou na Internet, ou

em universidades ou em outros meios próprios, tais como cadastros de agências especializadas em recrutamento de recursos humanos ou utilização de consultoria especializada ou avisos internos”.

Em finalização ao recrutamento, os currículos apresentados são objetivamente analisados com vistas à certificação do atendimento aos exatos termos das exigências divulgadas no anúncio. Não há, portanto, nenhuma margem de subjetividade ou discricionariedade na admissão dos candidatos à fase seletiva que se sucede a partir daquilo que foi divulgado.

Os habilitados à fase seletiva, são devidamente informados dos processos subseqüentes, que compreendem prova objetiva de conhecimentos da língua portuguesa e da área específica; avaliação prática e avaliação psicológica, sendo as duas últimas apenas classificatórias. Todos os aprovados preenchem proposta de trabalho e aqueles cuja posição classificatória não assegura ocupação imediata de vaga podem ser convocados dentro do prazo de um ano.

Vimos entendendo, a partir de decisões emanadas deste Tribunal de Contas, que a instituição pode realizar seus certames segundo padrões técnicos simplificados e autorregulados, sempre com atenção à natureza peculiar que lhe é inerente.

Impende ponderar que, nessa linha, a teor do fixado no art. 2º da Resolução de n. 1089/2005, o processo seletivo por ela regulado busca “atender aos princípios da transparência, moralidade e economicidade”, de modo a compatibilizá-los ao caráter privado dos serviços sociais autônomos.

Na expectativa de havermos atendido ao objetivo da solicitação, nos colocamos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que porventura sejam necessários e aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa distinta consideração.

- Número da Decisão ou Acórdão

1. Diligência – Ofício n.º 89/2008 – processo n.º 017.566/2008.

- Descrição da solicitação:

Consoante Delegação de competência exarada na Portaria n.º 1- GAB – AN , de 25/09/2006, do Ex.mo Sr. Ministro Augusto Nardes, Relator do processo de Prestação de Contas do Serviço Social do Comércio – Administração Regional de Mato Grosso do Sul, exercício de 2007- TC-017.566/2008-0, com fulcro no art. 11, da Lei 8.443/92, DILIGENCIO a Vossa Senhoria, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da presente diligência, encaminhe a esta Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Mato Grosso do sul as informações abaixo elencadas, a fim de complementar o Relatório de Gestão relativo à Prestação de Contas do exercício de 2007 emitido por essa entidade, conforme disposto no Anexo II da Decisão Normativa TCU N.º 85, de 19/09/2007.

- a) informações gerais de identificação da unidade jurisdicionada, conforme disposto no anexo X;
- b) objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou pactuados nos programas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver , e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação, conforme disposto no Anexo X da Decisão Normativa TCU N.º 85, de 19/09/2007;

- c) informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, conforme disposto no Anexo X da Decisão Normativa TCU N.º 85, de 19/09/2007, além de outras informações que julgar necessárias;
- d) informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto no Anexo X;
- e) informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento;
- f) demonstrativo relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do art. 7º da Instrução Normativa TCU n.º 13, de 4 de novembro de 1996, conforme disposto no Anexo X;
- g) demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficado a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de Tomada de Contas Especial, conforme § do art. 197 do RI/TCU, conforme disposto no Anexo X;
- h) demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, emitido pelo setor competente, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa TCU n.º 13, de 4 de dezembro de 1996 (deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas);
- i) outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- Providências adotadas:

Resposta através da Carta DR/MS n.º 614/2008, de 22 de julho de 2008:

a) DADOS DA INSTITUIÇÃO:

SEDE ADMINISTRATIVA

SESC – Administração Regional no Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 03.560.440/0001 – 91

Endereço: Rua Marte, 138 – Vila Alto Sumaré

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

UNIDADES EXECUTIVAS

Campo Grande – MS

- SESC Camillo Boni

Av. Afonso Pena, 3.469 – Jardim dos Estados

- SESC Almirante Barroso

Rua Almirante Barroso, 52

- SESC Horto  
Rua Anhandui, 200 – Centro

Três Lagoas – MS

- SESC Três Lagoas  
Rua Elmano Soares, 854 – Centro

Dourados – MS

- SESC Dourados  
Rua Toshinobu Katayama, 178 – Centro

## 2 INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

- NOME: SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
- SIGLA: SESC
- CNPJ: 03.560.440/0001-91
- NATUREZA JURÍDICA : PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS.
- VINCULAÇÃO: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO – CNC
- ENDEREÇO COMPLETO: Rua Marte, 138 – B. Alto Sumaré. CEP 79009-580
- NORMA DE CRIAÇÃO: Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946.
- FINALIDADE : Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes; contribuir, no âmbito de suas áreas de atuação, para o desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos; garantia do estado físico, psíquico e social dos componentes do grupo familiar.
- NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL NO PERÍODO:
  - Diretrizes Gerais de Ação do SESC
  - Normas Gerais para Habilitação no SESC
  - Regimento Interno
  - Código de Contabilidade e Orçamento – Codeco
  - Orçamento Programa
  - Programa de Trabalho
  - Relatório Anual
  - Outros documentos
- ORGANIZAÇÃO:
  - Conselho Regional (órgão deliberativo)
  - Departamento Regional (órgão executivo)

- TIPO DE ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CARÁTER SOCIOEDUCATIVO, COM AÇÕES NO ÂMBITO DO BEM-ESTAR SOCIAL NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, E LAZER.

- SITUAÇÃO DA UNIDADE: (ATIVA)

b) (OBJETIVOS E METAS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PROJETOS E ATIVIDADES)

OBJETIVOS: Atingir as metas propostas em Projetos/Programa de Trabalho, proporcionando à clientela potencial (comerciário e seus dependentes) – 45.000 matrículas, 80.731 inscrições e 11.246.560 atendimentos através dos Programas Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Assistência e suas correspondentes atividades.

c) (INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE...)

(NÃO HOUE OCORRÊNCIA)

d) (INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO...)

(CÓPIAS DE DOC., ANEXAS ) (ANEXO II)

e) (INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU...)

(CÓPIAS DE DOC. ANEXAS) (ANEXOIII).

f,g,h) - Informamos que durante o exercício de 2007 não houve nem um fato ou ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que tenham causado dano. Desta forma, não houve instauração de Tomada de Contas Especial, conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU e o disposto no Anexo X da DN – TCU 85/2007.

i) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

1. Os índices financeiros obtidos evidenciam consistente grau de liquidez, considerando a natureza e as características da entidade: LIQUIDEZ IMEDIATA EM 2006, 5,75; EM 2007, 8,64. LIQUIDEZ MEDIATA EM 2006, 5,81; EM 2007, 6,52. LIQUIDEZ GERAL 22,22, pg. 18 da PC2007.
2. O quadro comparativo da receita orçada com arrecadada, revela que as receitas correntes atingiram 102,15% do previsto, pg. 19 da PC2007
3. A execução orçamentária da despesa cumpriu 87,73% da sua previsão. Pg.19 da PC2007.
4. Indicadores de Gestão:
  - √ O número de atendimentos realizados em 2007 superou o de 2006 em 51,59% (carga de trabalho) ; pg. 22 da PC2007.
  - √ O avanço de superação das metas em relação ao exercício de 2006 foi de 28,70% (eficácia);pg. 22 da PC2007;
  - √ A produtividade dos recursos humanos foi de 38.760,82 em 2006 e 54.764,01 em 2007 (indicador de eficiência). Pg. 22 da PC2007;

- √ O custo unitário do atendimento em 2006 foi de R\$ 1,31; em 2007 foi de R\$ 0,76 (indicador de economicidade); pg.23 da PC2007;
- √ Houve queda sensível no indicador de renovação de matrículas, comparando-se com o exercício anterior. Diversos fatores contribuíram com essa queda: demanda retraída de alguns cursos oferecidos motivado pela competição de mercado; concorrência em vários setores de serviços; pressões econômicas interferindo no planejamento da clientela freqüentadora dos serviços oferecidos pela SESC, entre outros. Pg. 23 da PC2007.

5. Na produção dos serviços oferecidos o quadro geral apresenta resultados positivos em relação ao que foi previsto no Programa de Trabalho para 2008

PRODUÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
MATRÍCULAS	45.000	46.355
INSCRIÇÕES	80.731	92.171
ATENDIMENTOS	11.246.560	19.331.696

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício.

(ITEM 14 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
(não se aplica ao SESC)

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.

(ITEM 15 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)  
"NÃO HOVE OCORRÊNCIA)

## 16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	329	6.402.994,08	353	6.995.758,04	389	7.962.548,04
<b>Total Pessoal Próprio</b>						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	83	1.192.848,78	81	1.292.056,21	68	881.987,56
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras atividades - Mirim	15	88.581,21	11	80.851,75	12	73.577,72
Estagiários	18	234.013,74	57	250.845,16	65	291.380,63
<b>Total Pessoal Terc + Estag.</b>	<b>116</b>	<b>1.515.443,73</b>	<b>149</b>	<b>1.623.753,12</b>	<b>145</b>	<b>1.246.945,91</b>

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade. Com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Cedido pela Unidade sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Cedido pela Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	58	1.760.984,26
Pessoal envolvido em ações suporte da unidade	331	6.201.563,78
Total Geral	389	7.962.548,04

Comparado com o exercício anterior, em 2008 houve um acréscimo de 6,37% no total de recursos humanos.

As contratações de servidores foram realizadas de acordo com as normas trabalhistas vigentes, observada a CLT, o Regulamento do SESC, Regulamento de Pessoal aprovado pela Resolução SESC/MS 385/93, de 1º de janeiro, Acordo Coletivo e Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Resolução SESC/MS n.º 237/89 de 26 de janeiro de 1995.

Nas demissões foram observados os requisitos estabelecidos pela CLT, Regulamento do SESC e Acordo Coletivo de Trabalho.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.



(ITEM 17 DO CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU 93/2008)

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.  
(não se aplica ao SESC)